



ORGANIZAÇÃO
NÃO-GOVERNAMENTAL
DE DESENVOLVIMENTO

PROGRAMA ESTRATÉGICO 2015 – 2019

Maio 2015

Contexto

Este documento de natureza estratégica segue-se ao que a equipa do CIDAC elaborou para o período 2010-2014 e que teve na sua origem várias sessões a tempo inteiro, durante mais de um ano, nas quais se debateram as problemáticas relativas aos contextos externo e interno, à experiência acumulada anteriormente e às temáticas que entretanto se tinham destacado como prioritárias. Contou com as contribuições de sócios, antigos dirigentes e organizações parceiras, assim como alguns atores institucionais identificados como marcantes, no âmbito destas temáticas. E, no final, propôs uma definição do "Posicionamento do CIDAC na sociedade" e um conjunto articulado de 7 Objetivos Estratégicos, dos quais 3 se consideraram como "de intervenção" e 4 de "reforço organizacional".

No último trimestre de 2014 concluímos que era fundamental refletirmos nas mudanças ocorridas neste espaço de cinco anos, partindo novamente da experiência que tínhamos vivido e do que tínhamos aprendido. Decidimos também debater com alguns parceiros questões que constituem preocupações comuns. O tempo de maturação do presente documento foi mais curto, adequado à sobrecarga de trabalho em que estávamos envolvidos e à urgência de atualizarmos a nossa visão estratégica.

Começámos por renovar a reflexão sobre a envolvente externa da intervenção, o que nos conduziu à necessidade de revisão da Missão do CIDAC que está incorporada nos Estatutos desde 2010. Mantivemos o essencial do "Posicionamento do CIDAC na sociedade", reelaborando apenas alguns aspetos. E optámos por condensar a proposta estratégica em 3 Objetivos, 2 "de intervenção" e 1 de "reforço organizacional".

Reflexão sobre a envolvente externa

Centramos-nos sobre 4 questões que distinguimos como essenciais: a ação cidadã, na qual nos incluímos, enquanto organização da sociedade civil; as áreas da Educação para o Desenvolvimento e das Outras Economias, como as que elegemos prioritariamente para a intervenção nos próximos anos; e a sustentabilidade das organizações que prosseguem uma Missão do tipo da nossa.

Ação cidadã

No Programa Estratégico anterior elaborámos sobre o setor associativo, do qual o CIDAC faz parte, considerando-o "em transformação". As tendências que então identificamos podem hoje assumir a formulação de "empresarialização da intervenção social e sua contestação", no quadro mais amplo de um processo de empresarialização da atividade humana e, ao mesmo tempo, de um movimento de denúncia e de luta contra esse processo.

As organizações da sociedade civil (OSC), que incluem as associações, não escapam a esta dinâmica e a maior parte tem adotado, nos últimos anos, modelos de gestão empresarial, afirmando simultaneamente não existirem alternativas para a sua

sobrevivência ao estabelecimento de parcerias estratégicas com empresas. Em Portugal, apesar de se verificar largamente a aceitação deste modelo, não se verificam ainda concretizações relevantes de tais parcerias.

A nível internacional, tem crescido uma preocupação com a demasiada institucionalização, "apolítica" e acomodada, no mundo das OSC. Algumas transformaram-se em "multinacionais" do setor e têm práticas que contradizem o seu discurso. A crise e o aumento do fosso das desigualdades, entre países e regiões, e em cada país, tornou estas contradições mais claras e recolocou em evidência a necessidade de opções políticas assumidas, do lado dos mais fracos e dos sem voz da comunidade humana. O debate e a procura de mudanças viáveis neste quadro fazem agora parte da vida de muitas organizações e de algumas das suas estruturas coletivas.

Uma outra resposta a este contexto é o fortalecimento de movimentos cidadãos, informais, que mobilizam e permitem a participação efetiva de uma variedade de pessoas, que se aglutinam em função de "causas". Podem ser vistos, por algumas organizações, como "concorrentes" numa perspetiva de "mercado da contestação" e, por outras, como um modelo inspirador para relançar uma ação cidadã informada e persistente.

Perante a erosão das dinâmicas associativas tradicionais e dos conceitos que as alicerçam, da irrupção de debates a esse propósito e de outras formas de organização que emergem, será importante ter a capacidade de produzir uma reflexão e alterar práticas. No caso do CIDAC, isso quererá dizer tirar partido da sua experiência associativa, renovando-a e, ao mesmo tempo, manter o diálogo e a ação conjunta com diferentes coletivos, incluindo os informais, cujos objetivos são partilhados, numa lógica de complementaridade entre diferentes formas de organização cidadã.

Educação para o Desenvolvimento

Na área da Educação para o Desenvolvimento, também se confirmaram as correlações, que antecipávamos no documento anterior, entre um maior reconhecimento institucional da ED (que passou de um estatuto marginal a uma posição central no quadro das políticas de desenvolvimento nacionais e europeias) e o regresso de uma visão menos política, mais neutra e técnica, que entende a ED como meio de criar uma maior aceitação social para a manutenção da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Este reconhecimento crescente da ED por parte das instituições públicas veio colocar em destaque as questões da avaliação, pela necessidade de demonstrar que a ED tem impactos visíveis e quantificáveis. É evidente o risco, já claro, de se ver a aplicação de métodos estritamente quantitativos ou oriundos da Cooperação para o Desenvolvimento na avaliação de processos educativos complexos, multifacetados e que visam mudanças sobretudo a médio e longo prazos.

No entanto, os debates sobre a ED e as suas práticas não cessaram. Desde logo, sob o ponto de vista concetual, com a contestação ao termo "desenvolvimento", as discussões sobre a importância, neste contexto, da "educação" e da "aprendizagem" e a emergência e afirmação de novos conceitos, em particular o de Educação para a Cidadania Global, que tem vindo a ser trabalhado pela UNESCO (e não só) sob o lema

“Preparando aprendentes para os desafios do século XXI”.

Mas também sobre o lugar da ED nas sociedades atuais, em grande transformação sistémica. Se esta situação apela a uma indispensabilidade da ED enquanto ferramenta para entender o mundo e para nele se saber optar e agir, por outro lado o alastramento da crise social e a tentativa de desmantelamento do Estado Social fazem convergir todas as atenções e iniciativas para a ação social, para a intervenção de curto prazo, de carácter paliativo. Mas de que servirão estas, se nada mudar e as sociedades continuarem a produzir e reproduzir desigualdades e fragilidades?

É nestas tensões que a ED navegará nos próximos anos. Em Portugal, as aprendizagens dos primeiros cinco anos da Estratégia Nacional de ED (ENED) e a preparação e lançamento de uma nova experiência neste âmbito, assim como a recente aproximação e diálogo entre a esfera académica e os atores da ED, serão marcantes. Para o CIDAC, que tem estado particularmente implicado nestes dois processos, a par de outros, também a nível europeu, esta fase representa grandes desafios, que exigem capacidades de acompanhamento, reflexão, partilha e experimentação.

Outras Economias

Centrámos-nos, no documento estratégico anterior, no Comércio Justo (CJ), e verificámos como, de facto, se aprofundou o seu processo de diluição na economia de mercado, bem como a polarização entre as organizações de CJ “alternativas”, que defendem um CJ transformador e político e as organizações de CJ “dominantes”, que defendem o crescimento do CJ alicerçado no aumento das vendas através das multinacionais e da grande distribuição alimentar. É importante sublinhar que estes atores convencionais do mercado, neste campo (como noutros), são sempre bastante atentos às tendências sociais emergentes e hábeis na sua tradução em oportunidades de negócio.

A experiência, contactos, conhecimento e reflexão sobre esta matéria levaram-nos a alterar o foco, ampliando-o para o que se vem denominando de “outras economias”, no sentido da procura e experimentação de novos modos de vida, capazes de responder à necessidade de relações humanas solidárias, de sociedades mais equitativas e de economias não extrativistas, baseadas em recursos renováveis e respeitadoras da natureza. O Comércio Justo, tal como o concebemos, faz parte deste leque de opções.

Em Portugal, notamos nos últimos anos uma maior sensibilidade da população e de algumas organizações para as questões da produção e comercialização local, do consumo responsável, e da soberania alimentar de maneira mais geral. As iniciativas ligadas a problemáticas como os circuitos curtos, a agricultura urbana, a ameaça das multinacionais, os organismos geneticamente modificados (OGM) e as sementes, têm-se desmultiplicado e consagram também o papel de organizações informais e de investigadores e docentes, colocando-se o desafio da interligação e do diálogo entre atores. É na confluência entre aprofundamento do conhecimento e da reflexão, experimentação prática e diálogo, particularmente entre pares, que o CIDAC vê o seu papel.

Sustentabilidade da ação cidadã

Tal como noutros aspetos do diagnóstico feito aquando da elaboração do programa estratégico anterior, o contexto externo tem-se agravado nos últimos anos no que se refere a esta questão essencial.

Se o voluntariado é um alicerce insubstituível da ação cidadã, este por si só não consegue dar resposta às exigências que se colocam atualmente ao exercício da democracia, sobretudo da democracia participativa.

A necessidade de conhecer bem e com rigor as problemáticas, para se poderem, também, pensar e apresentar alternativas; a necessidade de articular com outros, sejam entidades individuais ou coletivas, formais ou informais, públicas ou privadas; a necessidade de construir caminhos, de aprender, de melhorar a partir do que já foi feito; a necessidade de manter uma persistência no quadro de questões complexas, que se alongam no tempo - pedem espaços de acolhimento, de aprendizagem, de debate, de criação, de concertação, de solidariedade e de encorajamento mútuo.

As organizações da sociedade civil podem ser esses espaços, que têm de ser organizados, manter uma estrutura mínima reconhecível e reconhecida e perdurar o tempo necessário à prossecução da sua missão, tirando partido da sua experiência acumulada, refletida e partilhada.

A sustentabilidade torna-se assim uma questão central, e difícil. Vimos a sustentabilidade como a capacidade de manter a autonomia, de pensamento e ação, da organização. Sabe-se que a dependência de uma ou duas fontes de financiamento não corresponde a este desígnio, mas a diversificação impõe mais recursos, incluindo tempo, na angariação e na gestão de fundos. É importante que apoios externos, independentemente da forma que assumirem, sejam complementados com fontes geradoras de receitas próprias, no quadro da Missão da entidade. Isso não é incompatível com o estatuto de "sem fins lucrativos", se os excedentes forem sempre aplicados na atividade das organizações e no melhoramento da sua estrutura.

No caso de Portugal, a crise financeira, económica e social teve repercussões claras na capacidade de financiamento, quer externo, quer próprio, das organizações da sociedade civil. Por outro lado, os fundos europeus dedicados à Cooperação para o Desenvolvimento e à ED tornaram-se praticamente inacessíveis a organizações com as capacidades financeiras e de realização como as portuguesas. Cabe ao CIDAC persistir na procura de garantir a sua sustentabilidade, para conseguir manter com qualidade e independência a sua intervenção, utilizando um conjunto variado de instrumentos, com prioridade para os que podem alicerçar em simultâneo a concretização de Outras Economias.

Missão

Na fase de conclusão do programa estratégico 2010-2014 e de redefinição do programa 2015-2019, foi sentida a necessidade de alteração da formulação da nossa Missão:

“O CIDAC promove a solidariedade entre os povos como parte integrante de uma cidadania ativa num contexto de progressivas interdependências mundiais. Consideram-se formas de participação privilegiadas as ações de Cooperação para o Desenvolvimento e de Educação para o Desenvolvimento, assim como outras ações potenciadoras do desenvolvimento sustentado de pessoas e comunidades”

Os argumentos principais apontaram para os aspetos seguintes:

- dúvidas quanto a continuar a utilizar o termo “desenvolvimento”
- o recurso à expressão “progressivas interdependências” não traduz um processo de globalização já consumado
- a expressão “cidadania ativa” enfraquece a ideia de cidadania
- a necessidade de se fazer referência ao princípio de “experimentação de soluções alternativas”

Ao mesmo tempo, a afirmação do objetivo que tem alicerçado a intervenção do Centro de Recursos - *“Descodificar junto do grande público questões globais do desenvolvimento e promover posturas ativas de cidadania / Aprender a ler a realidade para intervir nela”* foi visto como importante no quadro da nossa Missão.

Chegou-se então à formulação seguinte:

"Promover a solidariedade entre os povos e o trabalho colaborativo entre pessoas e coletivos como parte integrante da vivência de uma cidadania global, num contexto de complexas interdependências mundiais. Considera-se como base para esta intervenção o reforço de capacidades para aprender a ler a realidade e intervir nela, assim como a promoção de ações que potenciem a construção de alternativas para outros modos de vida, solidários e sustentáveis."

Posicionamento do CIDAC na sociedade

Ao longo de mais de quatro décadas de existência, o CIDAC tem vindo a apurar as suas convicções quanto à sua forma de estar na sociedade, procurando repercuti-las nas opções que toma e aprendendo a partir da reflexão sobre a sua experiência e sobre as tendências, tanto teóricas, quanto práticas, que observa à sua volta e com as quais se confronta diariamente.

Mantemos a vontade de estar atentos, conseguir interpretar criticamente e deixar-nos interpelar pelas realidades e acontecimentos do mundo em que vivemos. Assim tem evoluído o nosso pensamento e a nossa ação.

Confirmamos que não querendo ser uma grande organização, existimos para contribuir, juntando a nossa voz à de muitos outros, para impulsionar mudanças efetivas a partir dos locais e dos âmbitos nos quais intervimos.

Reafirmamos o valor que atribuímos aos resultados alcançados através de processos que envolvem e empenham pessoas e coletivos, o que nos tem levado cada vez mais a inscrever no longo prazo as lógicas de atuação mais pontuais e de curto prazo como,

por exemplo, a intervenção através de projetos.

Verificámos como era importante fazer escolhas e centrar a nossa intervenção em temáticas fundamentais no contexto da nossa Missão, nomeadamente a Educação para o Desenvolvimento e as Outras Economias. Esta opção permite-nos evitar a dispersão, ganhar conhecimentos e capacidades e dar contributos específicos mais aprofundados.

Compreendemos como as raízes das injustiças e das desigualdades que moldam o sistema global em que nos inserimos são as mesmas, tanto a Norte, como a Sul. Isso significa que há uma progressiva interligação entre as ações realizadas em Portugal e noutros países e que é neste caminho que pretendemos prosseguir, retirando dele todas as aprendizagens para todas as organizações e pessoas envolvidas.

Reconhecemos que atravessamos uma época difícil, de muita incerteza e na qual se reforçam situações que negam toda a retórica, sempre presente nos discursos e proclamações de intenção, sobre os direitos individuais e coletivos. Tememos, em particular, as consequências do exacerbamento do individualismo, da mercantilização de todos os aspetos da vida, da subordinação das sociedades à mera lógica do mercado e, portanto, do lucro.

Queremos, por isso, contribuir para mobilizar forças para a afirmação de uma cultura de resistência contra estas tendências e para a renovação da capacidade de influenciar políticas, através da promoção da cooperação exigente entre pares e do trabalho coletivo a favor de sociedades mais justas, equitativas e solidárias.

Confirmamos, neste contexto, o valor do associativismo, enquanto visão e prática de lógicas colaborativas e de cooperação que demonstram a viabilidade e o alcance de modos de pensar e de agir alternativos aos que imperam e se impõem nos tempos atuais.

Vemos um forte potencial de mobilização e de realização nos coletivos e outros grupos informais, sejam eles pontuais ou com horizontes mais amplos, que assentam a sua intervenção em estruturas organizativas simples com altos níveis de independência financeira e boa capacidade de congregação de vontades de mudança.

Objetivos Estratégicos

O Programa Estratégico do CIDAC para 2015-2019 define como prioritários **três Objetivos Estratégicos** (OE):

1. Contribuir para a qualificação, na teoria e na prática, de atores e instituições na área da Educação para o Desenvolvimento

Este objetivo inscreve-se na continuidade do trabalho estruturante através do qual o CIDAC tem vindo a contribuir para a afirmação da Educação para o Desenvolvimento em Portugal, que nesta fase enfrenta grandes desafios: o de demonstrar que é indispensável para a sociedade que os seus/suas cidadãos/ãs compreendam o mundo em que vivem, para tomarem decisões informadas e agirem solidaria e colaborativamente; e o de aprofundar o caminho percorrido, nomeadamente no

quadro da Estratégia Nacional de ED e no domínio do sistema de educação formal.

No quadro deste primeiro Objetivo Específico, consideram-se dois Resultados Esperados:

– *Reconhecimento da ED na sociedade portuguesa consolidado*

As atividades previstas centram-se, por um lado, na contribuição para o aumento e maior visibilidade da produção de reflexão e de conhecimento na área da ED em Portugal - aos níveis concetual, metodológico, temático e das práticas - e, por outro, no alargamento do reconhecimento da ED ao nível da sociedade e das instituições públicas.

– *ED no setor formal da educação reforçada*

A concretizar através de um conjunto de atividades que visam generalizar, enraizar e aumentar a qualidade da prática da Educação para a Cidadania Global no meio escolar, no seguimento do que o CIDAC tem vindo a fazer desde 2007.

2. Permitir um entendimento crítico do sistema económico dominante e das suas alternativas e reforçar as Outras Economias

Este objetivo parte da convicção de que, num contexto em que a economia se infiltra, por capilaridade, em todos os aspetos das nossas vidas, há uma necessidade essencial de dotar os cidadãos e as cidadãs de chaves de compreensão que lhes permitam entender e posicionar-se criticamente na complexidade na qual vivem, da qual fazem parte. Alicerça-se também numa outra convicção, baseada na nossa experiência de quase duas décadas de conhecimento e intervenção na realidade nacional e internacional no campo do Comércio Justo, de que outras economias são possíveis, existem e são vivazes, que é preciso conhecê-las melhor, apoiá-las, promovê-las, interagir com elas...

No quadro deste segundo Objetivo Específico, consideram-se três Resultados Esperados:

– *Apropriação cidadã do saber económico como via de resistência e emancipação no contexto do atual sistema mundial*

As atividades previstas para alcançar este resultado estão ligadas à criação de dinâmicas de diálogo e partilha entre atores das Outras Economias e à disponibilização de recursos informativos e formativos nesta área.

– *Iniciativas de consumo coletivo responsável, público e privado, são reconhecidas, potenciando o seu desenvolvimento e consolidação*

As atividades previstas visam promover e dar a conhecer iniciativas de consumo responsável, público e privado.

– *Políticas e medidas internacionais que ameaçam a justiça social, económica e cultural têm uma resposta cidadã*

As atividades previstas para alcançar este terceiro resultado relacionam-se com a realização de ações de influência política contra ameaças à justiça social, económica e cultural.

3. Fortalecer a sustentabilidade financeira do CIDAC, entendida como a capacidade de gerar os recursos suficientes para prosseguir a sua missão com autonomia

Este objetivo visa o fortalecimento da estrutura de financiamento e de gestão do CIDAC, com vista a garantir a soberania da organização sobre a sua intervenção. Tendo em conta a evolução dos dispositivos de financiamento público e privado e o seu potencial impacto sobre a identidade das Organizações da Sociedade Civil, recorrendo a eles sempre que necessário, desde que não firam os nossos princípios, a prioridade para os 5 próximos anos assentará no desenvolvimento das atividades geradoras de receitas e que reforçam a nossa intervenção e identidade no quadro da Economia Social e Solidária.

No quadro deste terceiro objetivo específico, consideram-se um Resultado Esperado:

– *Receitas próprias aumentadas e diversificadas*

As atividades previstas assentam essencialmente na comercialização de produtos e serviços ligados ao Comércio Justo e na prestação de serviços específicos no âmbito das áreas de competência do CIDAC, em particular da Educação para o Desenvolvimento.